



Misericórdia de Gaia

Relatório de atividades

2017

Relatório de Atividades, do Balanço,
Contas e Parecer do Conselho Fiscal

ÍNDICE

INSTITUCIONAL	
Mensagem do Provedor	1
Órgãos Sociais	4
Atividades dos Órgãos Sociais e Irmandade	5
Nível de execução do Plano de Atividades de 2017	6
Parcerias e Protocolos	6
Academia Sénior	7
Assistência Espiritual e Religiosa	7
Informação, Comunicação e Imagem	7
Serviço de Qualidade	8
Empreendedorismo Social	9
Serviço de Recursos Humanos	18
Património Imóvel	21
ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	
Creche e Pré-Escolar	9
Casa de Acolhimento	10
ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL	
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	11
Centro de Dia	12
Apoio Domiciliário	12
Serviço de Voluntariado	12
Serviço de Ação Social	12
RESIDÊNCIAS SENIORES CONDE DAS DEVEZAS	
Residências Seniores Conde das Devezas	14
ÁREA OPERACIONAL DA SAÚDE	
Centro de Medicina Física e de Reabilitação	15
Farmácia da Misericórdia de Gaia	17
Proposta de aplicação de resultados	24
Notas Finais	24
RELATÓRIO DE CONTAS	
Demonstrações Financeiras 31 dezembro de 2017	25
Parecer do Conselho Fiscal	56
ANEXO – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	57

Mensagem do Provedor

Caras e prezadas Irmãs, caros e prezados Irmãos,

De acordo com o previsto no nosso Compromisso, alínea c) do n.º 1 do art.º 22, é da competência da Assembleia Geral apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e as Contas do exercício de 2017 e este é o documento que agora vos submetemos.

A Mesa Administrativa, cujo mandato terminará no final deste ano de 2018, obteve resultados que espelham a nossa ação:

- Concluímos 56,03% das nossas ações, iniciamos e estão em curso 37,14% das previstas e apenas 6,83% das ações não puderam ser iniciadas;
- Continuamos a ter resultados económicos e financeiros positivos: € 169.400 em 2015 e € 47.200 em 2016. O ano fiscal em apreço, 2017, apresenta um resultado positivo de € 67.800;
- Procuramos cingir a nossa missão à prática das 14 obras de misericórdia e atentos ao alerta do Papa Francisco que referiu que o cuidado com o Ambiente deve ser visto como uma “nova obra de misericórdia”, e poderá vir a ser reconhecida como a 15.^a, continuamos a garantir a nossa ação tendente a reforçar os princípios da Misericórdia que nos norteiam, agora e sempre;
- Embora a situação laboral e os seus custos nos continuem a preocupar e muito, não deixamos de reconhecer os baixos salários da grande maioria dos nossos trabalhadores que, afinal, vendo melhorada a situação financeira da Instituição, por tão inexpressiva, manifestamos uma grande angústia por não podermos pagar mais. Deixamos aqui um dado também muito relevante quando anotamos um aumento de custos de € 3.981.000 em 2014, para € 4.097.400 em 2017. Sendo certo que o número de trabalhadores baixou de 305 (quadro permanente, termo incerto) em 31.12.2014 para 293 em 2017, usando o mesmo critério, apesar disso tivemos um aumento de 3% no custo com pessoal; a redução do número dos quadros não produziu uma redução de custos, ao contrário ... ;
- Conseguimos regularizar um número significativo de processos internos, mal ou insuficientemente tratados no passado e que praticamente ficaram fechados neste exercício; são disso exemplos, a conclusão da avaliação do desempenho e a regularização da grande maioria dos horários de trabalho, estes últimos tratados manualmente até aqui, apesar de termos um sistema (ELO) que nos permitia há já alguns anos – o que nunca se concretizou - gerir de forma adequada esta importantíssima questão, objeto até de algumas dificuldades colocadas pelas inspeções da Segurança Social e nos pagamentos das DMR's;
- Continuamos a valorizar os nossos rendimentos do património, nomeadamente com a renegociação do contrato de arrendamento à Diaverum (instalações alugadas à Clínica de Hemodiálise), mas, acima de tudo, muito nos apraz registar que conseguimos reduzir significativamente o número de casas ou andares devolutos o que significou que conseguimos durante este mandato, nomeadamente no exercício de 2017, recuperar alguns locados, o que

se repercutiu num aumento de rendas da ordem dos 4,5%, considerando o rendimento gerado entre 31.12.2014 e 31.12.2017. Estamos, porém, muito otimistas, porque continuamos a fazer investimentos em projetos (Casa do Gaveto, Bairro dos Contramestres, Prédio da Batalha ou Travessa das Parreiras em Lisboa, já não falando no prédio de S. Domingos de Benfica - hoje totalmente recuperado e com um retorno do investimento feito, calculado em apenas 5,5 anos - o que é manifestamente excelente pelas elevadas rendas que aí conseguimos obter) e permitirá, entre o exercício de 2018 e 2019, colocar no mercado cerca de duas dúzias de habitações, para além de alguns escritórios, no nosso edifício de arrendamento mais emblemático (Prédio da Batalha);

- Finalmente, conseguimos também aprovação junto do Instituto da Segurança Social e do Município, dos projectos de Arquitetura e Especialidades dos Equipamentos Sociais António Almeida da Costa, José Tavares Bastos e Residencial Conde das Devezas; também conseguimos obter propostas para os financiamentos bancários indispensáveis à recuperação desses mesmos equipamentos o que nos possibilitará, ainda em 2018, submeter à Assembleia Geral da nossa Irmandade as necessárias autorizações para a concretização dessas obras que terão como contrapartidas económicas o aumento da capacidade, servindo mais e muito melhor os gaienses; se há preocupação e que muito lastimamos, é com o estado dos nossos equipamentos que não sofrem obras de recuperação há demasiado tempo, o que tem implicado uma quase ausência de procura de clientes com boa capacidade económica. Veja-se, comparando, o rendimento dos clientes (mais as participações familiares) nos nossos 3 equipamentos sociais em 31.12.2014 (€ 505,18 por utente) versus o que agora registamos, (€ 524,54 por utente), o que se traduziu numa melhoria de rendimentos para a nossa Santa Casa mas demasiado insuficiente na vertente dos nossos custos; a melhoria deste indicador levará ainda bastante tempo a alcançar e, talvez, não se consiga numa década;

- Obtivemos neste exercício a distinção de qualidade através da Certificação EQUASS Assurance, esta qualificação visa os equipamentos de terceira idade e infância;

- Procuramos, ano após ano, aumentar as competências dos nossos trabalhadores e utentes do ponto de vista da segurança das pessoas e bens, nomeadamente através da prática de treino em simulacros contra incêndio, o que tem sido relevado pela ANPC e pela sua “delegação” em Gaia (Batalhão de Sapadores Bombeiros), a quem obviamente muito agradecemos o apoio que nos tem prestado;

- Assumimos que o exercício de 2017 seria para terminar todo o processo de legalização dos nossos equipamentos (licenças de utilização e de funcionamento, basicamente), o que aconteceu, com exceção do Equipamento José Tavares Bastos – que continua a não ter licença de utilização, sendo necessária a sua requalificação, que admitimos possa verificar-se no decurso de 2018;

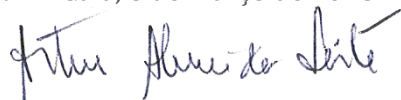
- Procedemos à requalificação da Farmácia na qual despendemos cerca de € 150.000 e levou à clara melhoria da sua imagem e a uma aposta na venda de produtos mais rentáveis (produtos de cosmética, por exemplo). Os resultados passaram de € 47.331 em 2016, para € 55 318, positivos, neste exercício; as vendas aumentaram 5,5 % o que realça a assertividade da nossa estratégia comercial;

- Alteramos a gestão do Centro de Medicina Física e de Reabilitação e, de facto, os resultados começam a mudar, com prejuízos em 2014 e 2015, ainda prejuízo de € 8.692,44 em 2016, em 2017, o resultado foi positivo € 9.007,44; é necessário fazer alguns investimentos, previstos no plano para 2018, no sentido de melhorarmos as instalações e os equipamentos;
- Continuamos apreensivos com o desempenho da Creche e Jardim de Infância. Continua, no conjunto, a trazer-nos menos valias porque sendo positivos os resultados da Creche, são completamente absorvidos pelas dificuldades em que se encontra o Pré-Escolar e, daí, o registo de deficits de quase € 120.000 em 3 anos;
- Passamos a análise para as Residências Seniores Conde das Devezas, valência criada para adicionar mais-valias mas que acumulou, nos últimos 4 anos, prejuízos de € 1.104.023,70. Em 2017 “apenas” perdemos € 230.204,60 o que significa uma recuperação, face à média desse período; conseguimos recuperar o prejuízo por utente de € 525,60 em 2016 €, para € 442,80 em 2017, mas registre-se que, pela primeira vez nos últimos anos, tivemos no final do exercício todos os apartamentos alugados, o que parece um bom indício;
- O nosso ativo passou de € 12.612.488 em 2014 para € 13.194.080 em 2017 e depois de termos tido em 2014 um EBITDA negativo, os 3 últimos anos foram positivos;
- Situação muito grave é a que se verifica com a Casa de Acolhimento (CAT); não é possível delapidar o património da Instituição em mais de € 2.000.000 desde o seu início (há 18 anos). Em 2018 vão ser estudadas alternativas para sairmos desta difícil situação quanto à sustentabilidade desta valência;
- Continuamos a estabelecer novas parcerias com vista à obtenção de benefícios para os irmãos e para os nossos utentes; no entanto perdemos 50 irmãos no saldo entre entradas (admissões de novos irmãos) e saídas, por desistência ou falecimento;

Deixaremos para mais tarde a apresentação dos esclarecimentos que naturalmente venham a ser solicitados, sobre os elementos fornecidos neste Relatório de Atividade e Contas.

Por último, não podemos terminar esta apresentação sem deixar de agradecer a todos quantos contribuíram para a realização da nossa atividade. Cabem aqui de forma genérica mas sem sermos exaustivos, os trabalhadores, qualquer que seja o seu vínculo, as entidades oficiais e mesmo hierárquicas com quem existem relações estabelecidas, outras entidades congéneres ou IPSS's, fornecedores, bancos, entidades que nos têm doado bens ou equipamentos e naturalmente os irmãos da nossa irmandade, de que devemos destacar os irmãos voluntários que disponibilizam meios ao serviço da nossa Instituição. Uma palavra para recordar algumas pessoas que foram importantes na nossa organização e que, tendo já partido, deixaram saudades e por isso não as nomearemos mas, por certo, cada um fá-lo-á em exercício espiritual de memória. A todos, sem excepção, manifestamos o nosso público agradecimento.

V. N. Gaia, 8 de março de 2018



O Provedor, Artur de Almeida Leite

Órgãos Sociais

São Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal. O mandato social tem a duração de quatro anos (2015 a 2018). Os titulares dos Órgãos Sociais em 2017 foram:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso
Vice-Presidente	Dr. Manuel Joaquim Pinto Barbosa Leão
1.º Secretário	Dr. José Carlos Moreira da Cunha Barros
2.º Secretário	Eng.º Vítor António Junqueira Cerqueira

Secretários Suplentes

Casimiro Rodrigues Sousa
Arnaldo António Vieira Ribeiro

Mesa Administrativa

Provedor	Artur de Almeida Leite
Vice-Provedor	Dr. António Carlos Almeida Teixeira
Secretário	Dr. Joaquim Eduardo Sousa Gonçalves de Sá
Tesoureiro	Dr. José Carlos Filipe Ramos
Mesária	Dr.ª Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão
Mesária	Dr.ª Maria Luísa Fernandes Dantas da Silva
Mesário	Eng.º António Fernando Aguiar Ferreira
Mesário	Dr. Mário Rui do Carmo Matos
Mesário	Dr. Mário Rui Figueira Campos Fontemanha (Até agosto 2017)
Mesário	Eng.º Américo António da Silva Monteiro (A partir de setembro 2017)

Conselho Fiscal

Presidente	Eng.º Manuel Francisco Caruncho de Sá
Vogal	Manuel Francisco Chaves da Silva
Vogal	Rui Manuel Tavares Poças

Suplentes

Joaquim Carlos Dias Monteiro
Dr. Alcino José Lopes Vieira dos Santos

1115 11 admissões
24 desistências
irmãos 37 falecimentos

Atividades dos Órgãos Sociais e Irmandade

Assembleia Geral

De acordo com o Compromisso a Assembleia Geral é constituída por todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, nela residindo o poder soberano deliberativo da Misericórdia de Gaia.

As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias. No ano de 2017, a Assembleia Geral reuniu ordinariamente duas vezes e extraordinariamente uma vez.

As Assembleias ordinárias ocorreram no mês de março e novembro, para apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício anterior e do parecer do Conselho Fiscal e para apreciar, discutir e aprovar o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional de Investimentos e Desinvestimentos para o ano seguinte e parecer do Conselho Fiscal, respetivamente.

A Assembleia extraordinária, convocada a pedido da Mesa Administrativa, ocorreu em setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: “1. Deliberar sobre a proposta apresentada pela Mesa Administrativa para alienação do prédio urbano sito na Alameda da República, n.º 922, Francelos e inscrito no artigo matricial n.º 3469 da União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares, concelho de Vila Nova de Gaia; 2. Deliberar sobre proposta apresentada pela Mesa Administrativa para alienação dos armazéns sitos na Rua Visconde das Devezas, n.ºs 324/328 e Rua José Mariani, n.º 323, inscritos no artigo matricial 2143 da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, e dos armazéns sitos na Rua Carvalho Araújo, n.º 184 e Rua José Mariani, n.º 306/308, artigo matricial 2165 da União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, concelho de Vila Nova de Gaia; 3. Deliberar sobre a proposta apresentada pela Mesa Administrativa para acerto de extremas de terrenos sitos na Rua das Pedras, artigo matricial n.º 3401, da União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares, concelho de Vila Nova de Gaia; 4. Apresentação de proposta da Mesa Administrativa para a candidatura ao Programa Reabilitar para Arrendar – habitação acessível, como forma de financiamento do projeto de reabilitação das habitações do Bairro de Contramestres, em Vila Nova de Gaia”.

Mesa Administrativa

A Mesa Administrativa é o órgão de administração da Misericórdia de Gaia que assegura o cumprimento de todas as atividades que visam a prática das Catorze Obras de Misericórdia. Durante o ano de 2017, este órgão realizou 23 reuniões ordinárias e 5 reuniões extraordinárias.

Conselho Fiscal

No ano de 2017 o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade da Santa Casa, emitiu pareceres, apresentou recomendações e analisou mapas financeiros e outros elementos necessários à prossecução da sua atividade com vista ao rigoroso cumprimento da execução orçamental.

Conselho Geral

O Conselho Geral reuniu em conformidade com o previsto no Compromisso da Irmandade e teve como Coordenador o Irmão Dr. José Tavares Pinto Brandão.

Nível de execução do Plano de Atividades de 2017

Linhas Estratégicas	Concluído	Em Curso	Não Iniciado
1 Sustentabilidade/ Estratégia	36,36%	63,64%	0,00%
2 Sustentabilidade/ Melhoria dos cuidados/ Novas políticas sociais - Terceira idade	71,43%	28,57%	0,00%
3 Sustentabilidade/ Melhoria dos cuidados - Infância	100,00%	0,00%	0,00%
4 Sustentabilidade/ Modernidade/ Qualificação do serviço - Área de vertente não social	63,64%	36,36%	0,00%
5 Sustentabilidade/ Melhoria dos cuidados de saúde aos utentes	61,90%	38,10%	0,00%
6 Sustentabilidade/ Criação de valor/ Novos projetos - Património	20,00%	60,00%	20,00%
7 Pessoas - Capital Humano - Qualificar/ Motivar/ Integrar para melhor serviço e desempenho	38,89%	33,33%	27,78%
Média	56,03%	37,14%	6,83%

Parcerias e Protocolos

Face às atuais exigências do mercado, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia na busca de um diferencial competitivo, estabeleceu durante o ano de 2017 diversas parcerias e protocolos, a saber:

No âmbito da Formação:

- Com a Fundação Inatel, detentora de um Centro Qualifica, para atividades de formação e certificação de competências;
- Do It Better Consulting, Ld.^a, proporcionando aos seus formandos uma valorização profissional e pessoal em contexto de trabalho;
- Protocolo com a SECWAY, que visa a criação de sinergias entre as partes com o intuito de promover a formação profissional, no âmbito do Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego.

No âmbito do Lazer:

- Com o FITNESSHUT V. N. Gaia, proporcionando aos seus trabalhadores e familiares diretos, Corpos Sociais e Irmãos, vantagens no acesso ao ginásio.

No âmbito da Saúde:

- Enquadrado na Responsabilidade Social Corporativa, a Empresa RICOH Portugal celebrou um acordo com a Santa Casa traduzido na oferta de quadros interativos, para apoio das atividades dos utentes com demência.

Academia Sénior

Em 31 de dezembro de 2017 a Academia Sénior de Gaia contava com 611 alunos (em 2016 eram 526). A disciplina “Construção da felicidade e inteligência emocional” foi adicionada à oferta formativa da Academia.

Assistência Espiritual e Religiosa

O Serviço de Assistência Espiritual e Religiosa é um serviço que contribui para o conceito de saúde integral e, como tal, insere-se na estrutura orgânica da Misericórdia de Gaia, conforme prevê o seu Compromisso.

Nas Capelas da Misericórdia de Gaia são realizados, sempre que possível, os seguintes atos: Missa semanal da Misericórdia de Gaia; Missa de sufrágio por alma de cada Irmão falecido; Missa de sufrágio por alma de cada internado que faleça; Missa de sufrágio por alma de cada Instituidor; Festa anual da Visitação em honra da Padroeira das Santas Casas da Misericórdia; Cerimónias litúrgicas da Semana Santa; Missa no mês de novembro de cada ano por alma de todos os Irmãos, Beneméritos e Benfeitores falecidos; Celebração e atos de culto que constituam encargos aceites e cerimónias litúrgicas que a Mesa Administrativa entenda, especialmente, assinalar.

Informação, Comunicação e Imagem

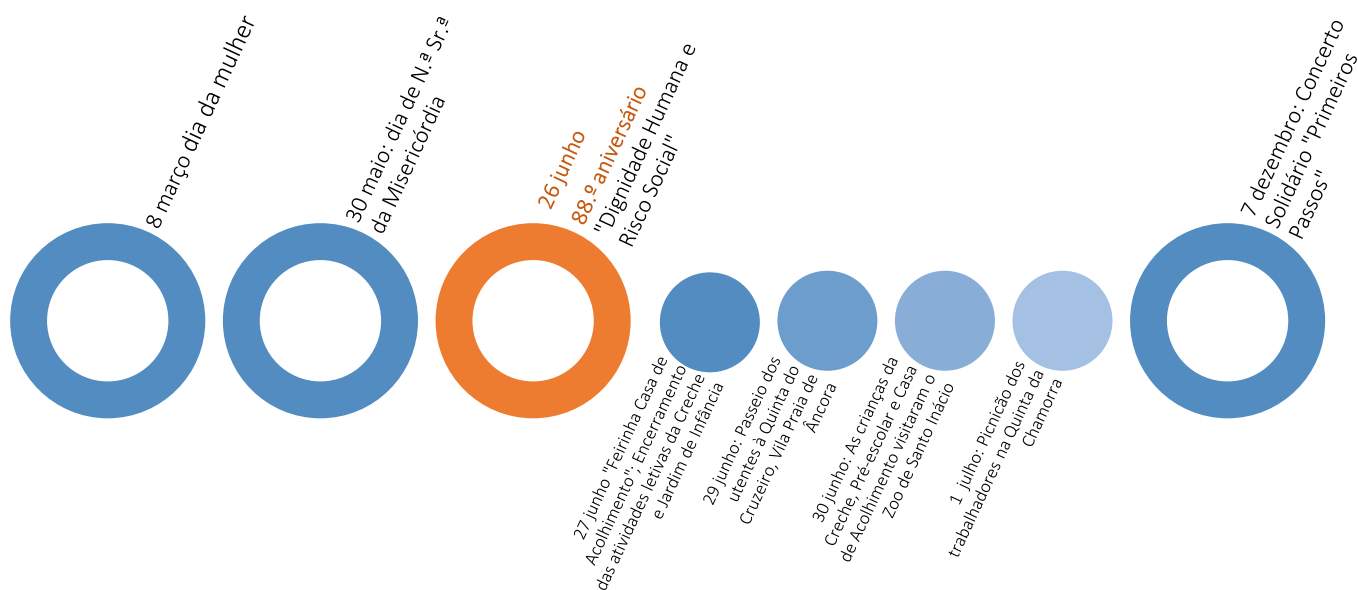
- Publicação do novo site;
- Adesão a uma plataforma para edição e distribuição de conteúdos informativos e marketing;
- Campanhas de subscrição de conteúdos em concordância com o Novo Regulamento de Proteção de Dados;

- Criação do boletim bimestral “mais Misericórdia”, com 3 edições em 2017 (digital e impressa);
- Organização de eventos.

Arquivo e Centro de Documentação

- Continuação dos trabalhos conducentes à elaboração da Portaria de Gestão Documental;
- Continuação dos trabalhos de organização do Arquivo Histórico;
- Recolha e organização de arquivo intermédio;
- Elaboração do projeto de desmaterialização e informatização de procedimentos e processos.

Eventos



Serviço de Qualidade

No ano de 2017, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia foi distinguida com a Certificação EQUASS Assurance pelo EQUASS Awarding Committee.

O Certificado de Qualidade obtido tem por âmbito todas as respostas sociais dos equipamentos sociais da Misericórdia, incluindo também as Residências Seniores Conde das Devesas.

A certificação foi obtida com a realização da Auditoria de Concessão a 28 e 29 de setembro.

Empreendedorismo Social

Em 2017 o gabinete de Empreendedorismo e Inovação Social promoveu a reestruturação do Serviço Materno-infantil Primeiros Passos; apresentou uma proposta de estratégia para a ação social da SCMG e elaborou um projeto de Centro de Dia para a pessoa com demência.

Este Gabinete elaborou e apresentou as seguintes candidaturas: ao Fundo de Socorro Social e à Gaia + Inclusiva, para aquisição de mobiliário para os Equipamentos Sociais António Almeida da Costa e José Tavares Bastos; candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - POISE em parceria com a Estrategor, visando a reconstrução de projetos pessoais; candidatura ao Prémio Maria José Nogueira Pinto para desenvolvimento do projeto smARTspaces, com vista à criação e gestão de espaços emocionais e de uma incubadora de produtos e serviços para a Demência; candidatura à SIC Esperança, com o projeto Primeiros Passos.

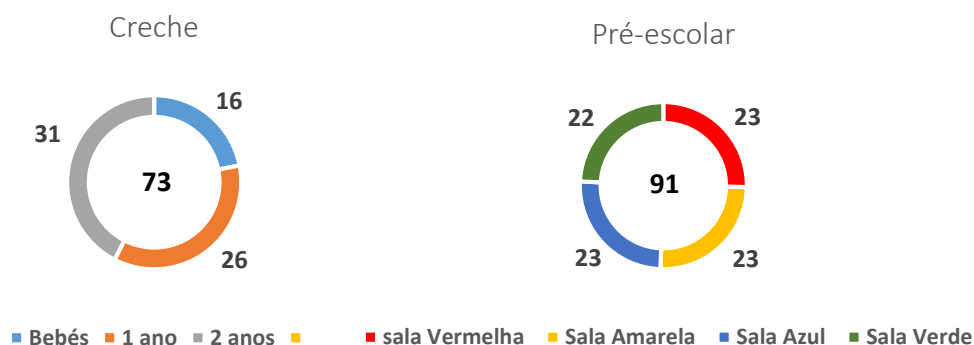
Centro de Formação

O Gabinete de Empreendedorismo e Inovação obteve a acreditação da SCMG como entidade formadora, aprovada pela DGERT, para três áreas de Educação e Formação, a saber: Serviços de Apoio a Crianças e Jovens; Trabalho Social e Orientação (Geriatría/serviços à comunidade); Hotelaria e Restauração, tendo como base o diagnóstico de necessidades de formação, com vista à elevação dos níveis de qualificação profissional e escolar dos trabalhadores.

Área Operacional da Educação

Creche e Pré-Escolar

A 31 de dezembro de 2017, o movimento de crianças na Creche e no Pré-Escolar era o seguinte:



número de crianças



O quadro de pessoal sofreu alterações tendo sido admitida uma Ajudante de Ação Educativa em falta e prevista no Acordo de Cooperação; mantivemos os Acordos de Atividade Ocupacional com o Centro de Reabilitação da Granja - CEFPI – apoio aos serviços de refeitório e um Acordo de Atividade Socialmente Útil, - apoio nas funções de telefonista, em colaboração com a APPACDM.

Ao abrigo do Programa CEI+ do Instituto de Emprego e Formação Profissional, foram integradas três trabalhadoras; através do Projeto CLICK, da EAPN em parceria com o IEPF, acolhemos duas participantes para as funções de Ajudante de Ação Educativa; como habitualmente contamos com a colaboração de Técnicos da ELI Gaia e da APPACDM (Psicóloga, Educadora de Ensino Especial, Terapeuta de Fala, Terapeuta Ocupacional), para apoio educativo a 11 crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Casa de Acolhimento

No ano de 2017 foram admitidas 7 crianças e saíram 12 crianças com os seus projetos de promoção e proteção definidos, o que revela uma grande rotatividade.

Verificou-se, durante o ano de 2017, uma rotatividade de 22 crianças, num total de 15 vagas.

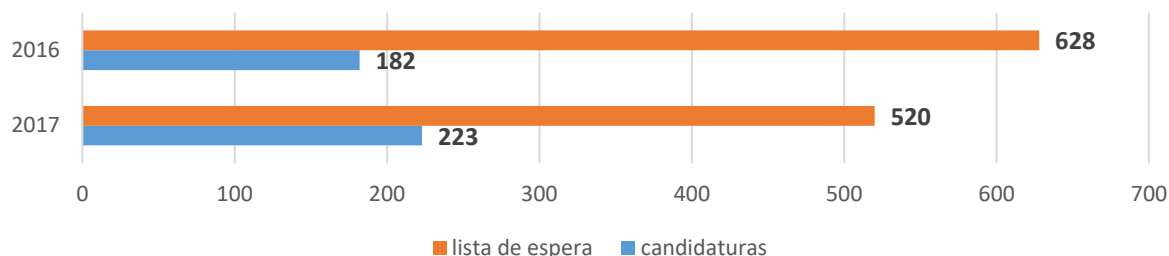
Projeto de promoção e proteção das crianças que saíram no ano de 2017

Adoção	Apoio junto dos pais	Apoio junto de outro familiar	Acolhimento Residencial	Total
2	5	5	0	12

Conforme se verifica na tabela, as medidas aplicadas foram maioritariamente em meio natural de vida: 5 crianças tiveram a medida de apoio junto dos pais e 5 de apoio junto de outro familiar. Foram encaminhadas 2 crianças para a adoção.

Área Operacional de Intervenção Social

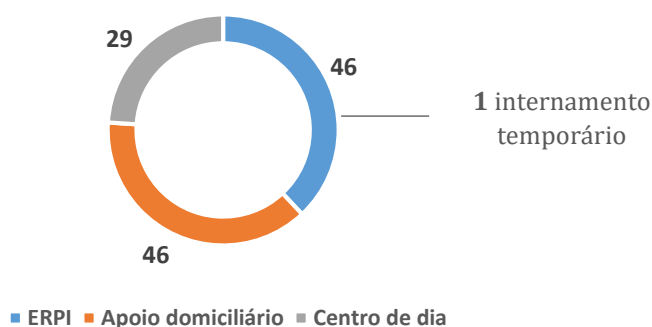
ERPI: Candidaturas / Lista de espera



A lista de espera de candidatos para integração em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas continua extensa verificando-se, como em anos anteriores, que o interesse em integração a curto/médio prazo é de candidatos em situação de dependência leve a moderada, grande dependência e/ou com quadro de demência.

No decorrer do exercício económico foram anulados 374 processos em lista de espera, por falta de renovação da inscrição, de acordo com o art.º 7.º do Regulamento Interno.

Admissões nos equipamentos sociais para pessoas idosas



Desempenho Económico Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

	E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida Costa	E. S. José Tavares Bastos
Total Gastos	€ 1 359 387,84	€ 1 313 721,87	€ 814 235,37
Média Clientes	99	85,25	59,25
Gasto Mensal Clientes	€ 1 144,27	€ 1 284,19	€ 1 145,20
Total Rendimentos	€ 1 632 263,09	€ 1 359 516,87	€ 848 746,18
Média Clientes	99	85,25	59,25
Rendimento Mensal Clientes	€ 1 373,96	€ 1 328,95	€ 1 193,74
Resultado Mensal Por Cliente	€ 229,69	€ 44,77	€ 48,54
Total Rendimentos s/ Resultados Património e Mais-Valias	€ 1 247 127,75	€ 1 130 606,69	€ 696 393,63
Resultado Mensal Por Cliente	-94,50 €	-179,00 €	-165,74 €
2016	-€ 129,88	-€ 234,58	-€ 215,95

Desempenho Económico **Centro de Dia**

	E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida Costa	E. S. José Tavares Bastos
Total Gastos	€ 94 979,59	€ 123 846,17	€ 85 888,00
Média Clientes	21,83	24,83	18,91
Gasto Mensal Clientes	€ 362,57	€ 415,65	€ 378,49
Total Rendimentos	€ 103 357,36	€ 111 176,66	€ 95 011,73
Média Clientes	21,83	24,83	18,91
Rendimento Mensal Clientes	€ 394,55	€ 373,13	€ 418,70
Resultado Mensal Por Cliente	€ 31,98	-€ 42,52	€ 40,21
Total Rendimentos s/ Resultados Património e Mais-Valias	€ 76 586,05	€ 89 620,47	€ 79 238,33
Resultado Mensal Por Cliente	-€ 70,22	-€ 114,87	-€ 29,30
2016	-€ 260,22	-€ 260,67	-€ 67,36

Desempenho Económico **Apoio Domiciliário**

	E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida Costa	E. S. José Tavares Bastos
Total Gastos	€ 209 341,28	€ 140 669,02	€ 91 849,12
Média Clientes	39	25,75	20,16
Gasto Mensal Clientes	€ 447,31	€ 455,24	€ 379,67
Total Rendimentos	€ 231 189,03	€ 143 210,53	€ 132 104,46
Média Clientes	39	25,75	20,16
Rendimento Mensal Clientes	€ 493,99	€ 463,46	€ 546,07
Resultado Mensal Por Cliente	€ 46,68	€ 8,22	€ 166,40
Total Rendimentos s/ Resultados Património e Mais-Valias	€ 166 737,81	€ 117 315,46	€ 114 660,93
Resultado Mensal Por Cliente	-€ 91,03	-€ 75,58	€ 94,29
2016	€ 2,43	-€ 126,26	€ 79,35

Serviço de Voluntariado

A 31 de dezembro de 2017, o Serviço de Voluntariado contava com 14 voluntários, dos quais, 3 foram admitidos no período de 26 de junho de 2016 a 26 de junho de 2017. Registamos a desistência de 2 voluntários e uma suspensão de atividade.

Serviço de Ação Social

No ano de 2017, o Serviço de Ação Social deu continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver ao nível do atendimento e apoio à Comunidade do Concelho e ao nível do atendimento a candidatos à resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), tendo sempre presente o enquadramento no sistema de gestão da qualidade assente no referencial EQUASS.

Apoio à comunidade

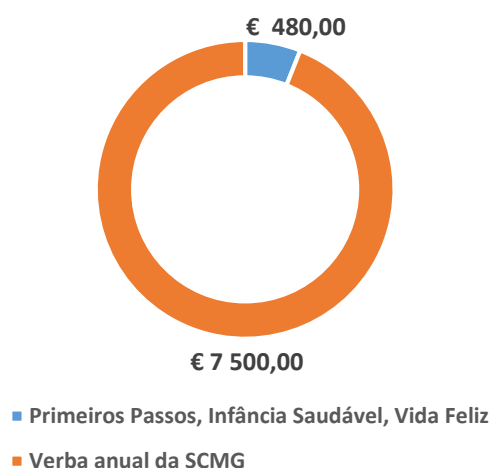
Campanhas de angariação de fundos "Primeiros Passos Infância Saudável, Vida Feliz"

Campanha	verba
4 Campanhas de Angariação de Bens realizadas na Loja JUMBO de Canidelo	€ 7.234,35 em produtos
Oferta de pijamas e T'shirt's pela Têxtil Nortenha	
Venda de pijamas e T'shirt's	€ 1.404,00
Concerto Solidário INATEL	€ 774,00

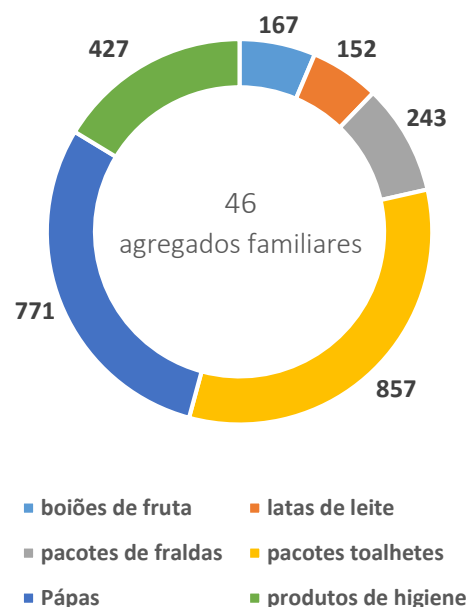
As verbas resultantes da venda de pijamas e T'shirt's e da receita do Concerto Solidário são para serem utilizadas no ano 2018.

A Casa de Acolhimento também beneficia do programa através da concessão de produtos e bens de primeira necessidade.

Verba anual para concessão de apoios em leite e medicação



Apoios concedidos "Primeiros Passos, Infância Saudável, Vida Feliz"



Banco de Materiais – Protocolo com o Rotary Club de VNG (desde 1998)

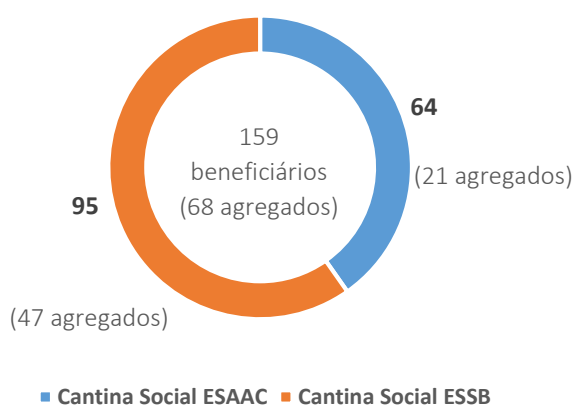
Equipamento	Qtd.
Cama articulada manual	29
Cadeira de rodas	36
Cadeira Sanita – com rodas	3
Cadeira Sanita – sem rodas	3
Cadeira de duche com rodízio	2
Canadianas	1 par
Andarilho	6

Programa de Emergência Alimentar

Em 2017 foram mantidas as parcerias estabelecidas em 2013 pela Misericórdia de Gaia com a Junta de Freguesia de Grijó e com a Junta de Freguesia de Avintes / Fundação Joaquim Oliveira Lopes, no sentido de ser facultado o acesso a refeições gratuitas, através do Equipamento Social Salvador Brandão, a famílias caracterizadas por essas duas entidades. Toda a logística de distribuição alimentar aos beneficiários das duas Freguesias está a cargo dessas entidades.

O programa beneficiou pessoas residentes nas Freguesias de Avintes, Grijó, Gulpilhares, Madalena, Mafamude, Santa Marinha, Serzedo, Valadares, Vilar de Andorinho e Vilar do Paraíso.

Beneficiários apoiados



Média diária de refeições em 2017:

- ESSB: 82
- ESAAC: 79

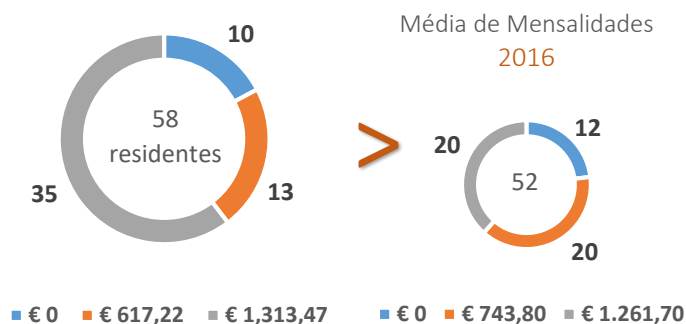
Residências Seniores Conde das Devezas

Apostas positivas

- Contratação da empresa IBERLIM - serviços de limpeza;
- Obras de requalificação - novo modelo de Kitchnet;
- Sistema de avaliação de desempenho - melhoria relacional pelo feedback direto das expectativas e porventura alguns motivos de descontentamento profissional, salientando-se aspetos a melhorar para ambas as partes;
- Contratação de enfermeiro - permitiu a ampliação de uma filosofia de cuidados, indo ao encontro das necessidades já expressas pelos residentes e à eficácia do trabalho das Ajudantes de Ação Direta.

Entrada de novos residentes

Média de Mensalidades



2017 ficou marcado pelo maior número de entradas, somando um total de 15 novos residentes.

Desempenho Económico **Residências Seniores Conde das Devezas**

	2017
Total Gastos	€ 996 141,57
Média Residente	57,16
Gasto Mensal Utente	€ 1 452,27
Total Rendimentos	€ 766 915,31
Média Residente	57,16
Rendimento Mensal Residente	€ 1 118,08
Resultado Mensal Por Residente	€ -334,19
Total Rendimentos s/ Resultados Património e Mais-Valias	€ 692 418,55
Resultado Mensal Por Residente	€ -442,80
	2016 -€525,60

Área Operacional Saúde

Centro de Medicina Física e de Reabilitação

A introdução de novos procedimentos e metodologias, como sejam a implementação da filosofia Kaizen, do trabalho em equipa e reuniões semanais, a melhoria da comunicação com os órgãos gestores e os diferentes departamentos da Santa Casa e as alterações físicas concretizadas durante o ano de 2017 no Centro de Medicina Física e de Reabilitação, nomeadamente, na pediatria e ginásio contribuíram de forma significativa para a melhoria da qualidade do serviço e dos resultados económicos da unidade.

O exercício económico de 2017 reforçou a tendência dos últimos exercícios da contínua melhoria do resultado líquido de exploração.

Desempenho Económico

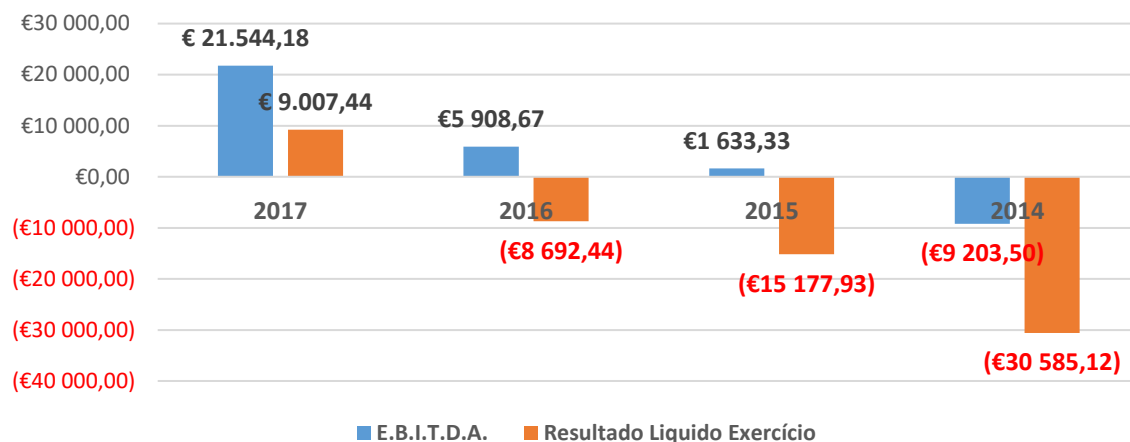
Análise do Volume de Negócios dos quatro últimos exercícios económicos, considerando a imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais.

	total rendimentos			
	2017	2016	2015	2014
Prestação de Serviços	700 630,85€	557 764,73€	530 877,36	554 538,28 €

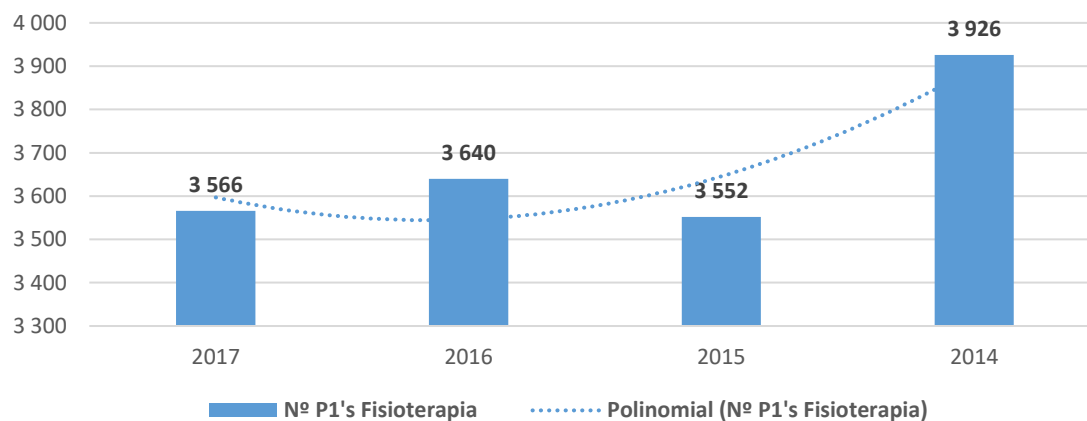
Análise do Resultado Líquido do Exercício (com imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais) dos quatro últimos exercícios económicos.

	total rendimentos			
	2017	2016	2015	2014
E.B.I.T.D.A	21 544,18 €	5 908,67 €	1 633,33 €	(9 203,50 €)
Resultado líquido do exercício	9 007,44 €	(8 692,44 €)	(15 177,93 €)	(30 585,12 €)

Evolução Resultados

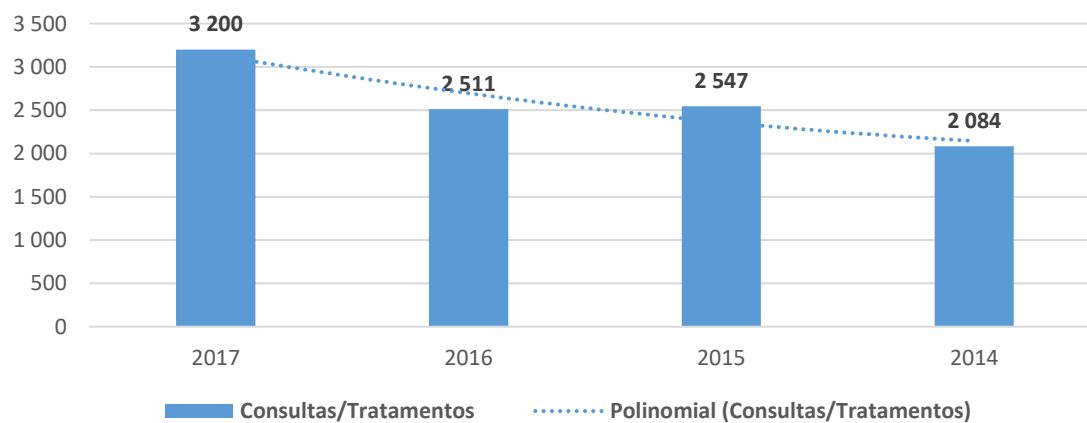


Nº P1's Fisioterapia



O aumento das consultas na valência da Terapia da Fala comparativamente ao ano anterior traduziu-se no aumento do volume de negócios nesta área em cerca de 114%.

Consultas/Tratamentos



Farmácia da Misericórdia de Gaia

Em 2017 foram concluídas as obras de remodelação integral do espaço físico, permitindo aumentar a área de exposição e venda, dinamizando segmentos de mercado que até então estavam inexplorados. O investimento global ascendeu a cerca de cento e cinquenta mil euros.

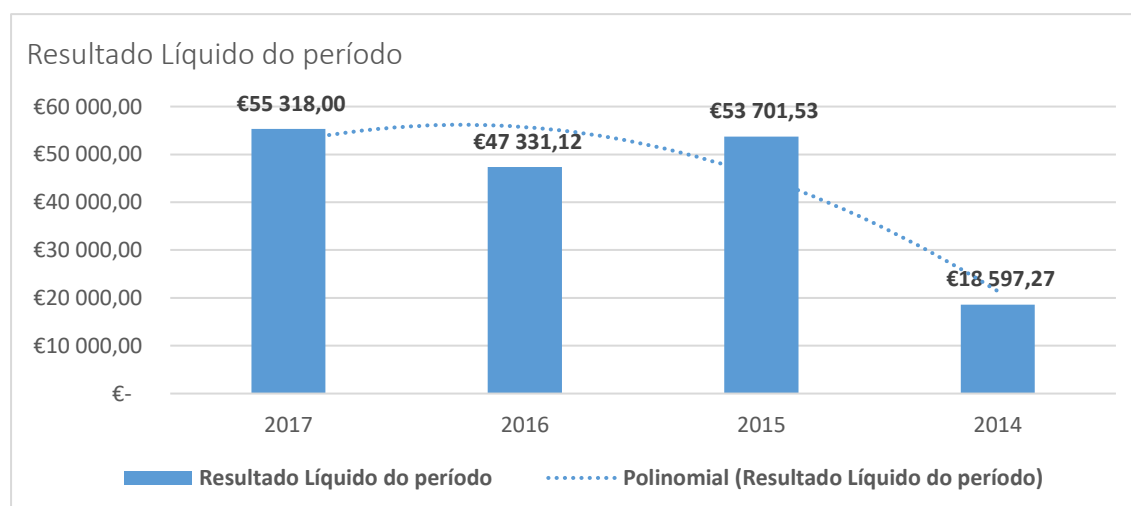
O quadro Técnico sofreu, também, uma remodelação parcial, com a alteração da Direção Técnica que promoveu um modelo de gestão consonante com as tendências de um mercado altamente competitivo e exigente.

O alinhamento do nível dos stocks com as necessidades reais do mercado melhoraram significativamente a margem bruta da farmácia por meio de compras mais eficientes e um ajustamento de preços de venda. Nos últimos três meses de 2017 constatamos objetivamente que a estratégia delineada estava a ser atingida conforme os resultados o demonstravam.

Comparativamente ao exercício económico de 2016, nesta unidade de exploração conseguimos melhorar alguns indicadores que, seguramente, permitirão no curto prazo melhorar os resultados de exploração, nomeadamente:

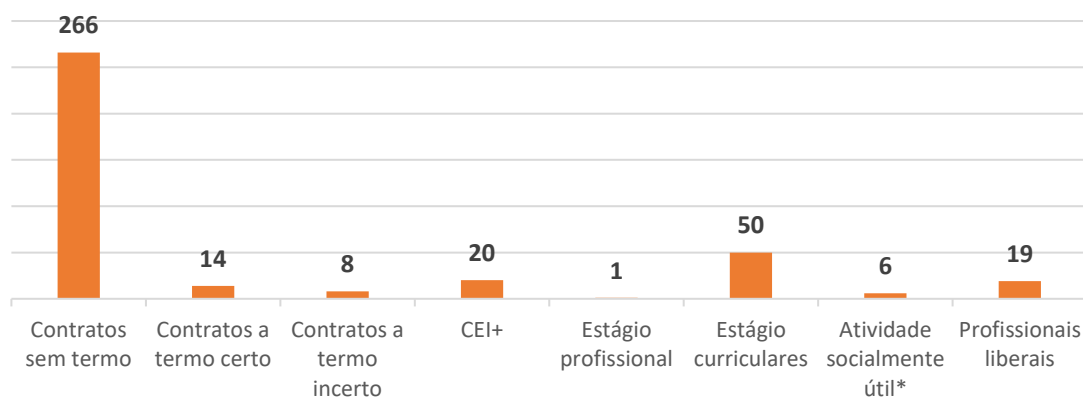
- Aumento do Volume de Negócios em 5,52%;
- Readequação da estrutura de recursos humanos face ao desequilíbrio entre o número de Farmacêuticos e de Ajudantes Técnicos;
- Valor do stock/Média Mensal de Vendas 2017: 1,56 quando em 2016 foi de 1,21. A ampliação do espaço de venda e a dinamização de novos e diversificados produtos contribuiu para o aumento deste indicador;
- EBITDA de 2017: 72.726,70€, quando em 2016 foi de 58.574,07€;
- RLE de 2017: 55.318,00€ comparativamente ao ano de 2016 que ascendeu a 47.331,12€;

Considerando a imputação dos gastos e rendimentos dos serviços centrais e de acordo com o gráfico, o nível dos resultados líquidos dos últimos quatro exercícios económicos é o seguinte:



Serviço de Recursos Humanos

Durante o ano de 2017, a Misericórdia de Gaia manteve a política de estabilidade no emprego, cingindo os contratos a termo ao mínimo imprescindível para a substituição de trabalhadores ausentes e reforço de pessoal durante a reestruturação de alguns serviços.



* Número de beneficiários ao abrigo do *Protocolo de Cooperação para o Exercício de Atividade Socialmente Útil*, outorgado com o Instituto de Segurança Social, IP.

288

Número médio mensal de trabalhadores

2016: 287

46,5

Média de idade dos trabalhadores

2016: 45,25

Aspetos positivos

Revisão e atualização de procedimentos;
Melhoria da comunicação interna;
Software ELO – desmaterialização de processos de recolha de informação para processamento salarial.

Saúde no Trabalho

288

Consultas de medicina no trabalho

2016: 399

1

Inaptos

2016: 0

36

Aptos condicionados

2016: 38

A redução do número de consultas ficou a dever-se à inexistência de admissões de CEI+, à redução do número de acidentes de trabalho e à redução de contratações para a substituição de férias.

Em prol da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores aptos condicionais, realizaram-se 2 reuniões com o Médico de Medicina do Trabalho, no 2º semestre do ano de 2017 tendentes à análise das condições e à implementação de boas práticas.

Segurança no Trabalho

No ano de 2017 demos continuidade à implementação das medidas de auto proteção em todos os equipamentos propriedade da SCMG, em cumprimento da legislação em vigor.

Realizaram-se seis simulacros durante o ano de 2017, a saber: no Equipamento Social Salvador Brandão, Centro de Medicina Física e Reabilitação, Equipamento Social António Almeida da Costa, Equipamento Social José Tavares Bastos, Casa de Acolhimento e Residências Seniores Conde da Devezas.

Legalização e Licenciamento dos Equipamentos da SCMG

Descrição	Creche e Jardim de (ampliação)	Creche e Jardim de Infância	Casa de Acolhimento
Licença de Funcionamento	Dispensada por haver acordo de cooperação em vigor	Dispensada por haver acordo de cooperação em vigor	Dispensada por haver acordo de cooperação em vigor
Licença de utilização	Emitida. Alvará n.º 435/11	Emitida. Alvará n.º 01/07	Emitida. Alvará n.º 01/07
PSI-Plano de Segurança Interno	Elaborado e aprovado pela ANPC. Processo n.º 039929	Elaborado e aprovado pela ANPC. Processo n.º 039929	Elaborado e aprovado pela ANPC. Processo n.º 039929
Certificado Higio sanitário	Aprovado e emitido. Registo n.º 261838/2013	Aprovado e emitido. Registo n.º 261838/2013	Aprovado e emitido. Registo n.º 261838/2013
Observação final	Simulacro realizado 10-10-2017	Simulacro realizado 10-10-2017	Simulacro realizado 09-10-2017

Descrição	Equipamento Social António Almeida Costa	Equipamento Social Salvador Brandão	Equipamento Social José Tavares Bastos
Licença de Funcionamento	Dispensada por haver acordo de cooperação em vigor	Dispensada por haver acordo de cooperação em vigor	Dispensada por haver acordo de cooperação em vigor
Licença de utilização	Emitida em 12/06/2007 – Alvará de utilização n.º 298/07	Emitida em 11/12/2015 – Alvará de utilização n.º 430/15	Não Tem

PSI-Plano de Segurança Interno	Aprovado pela ANPC em 27-06-2013. Processo n.º 038429; categoria de risco – 2ª	Aprovado pela ANPC em 10-05-2017. Processo n.º 039918; categoria de risco – 3ª	Aprovado pela ANPC em 19-02-2015. Processo n.º 040451; categoria de risco – 3ª
Certificado Higiene sanitário	Aprovado e emitido sob o registo n.º 316501/2013	Decreto- Lei 64/2007 e 14 de Março, revoga o Decreto-Lei 133-A/97. Revoga a obrigatoriedade de apresentação do Certificado de vistoria sanitária.	Não Tem
Simulacro	Simulacro realizado 10-10-2017	Simulacro realizado 10-10-2017	Simulacro realizado 09-10-2017

Acidentes de Trabalho

Ao longo dos últimos anos, a Misericórdia de Gaia tem feito um esforço para reduzir o número e a gravidade dos acidentes de trabalho que ocorrem na Instituição, quer pela via da formação, quer pela via de dotar os Equipamentos Sociais e as Unidades de Exploração de cada vez mais meios que protejam e facilitem o normal desenvolvimento das tarefas diárias dos trabalhadores.

Em 2017 ocorreram 13 acidentes de trabalho, menos 18 em relação ao exercício económico de 2016.

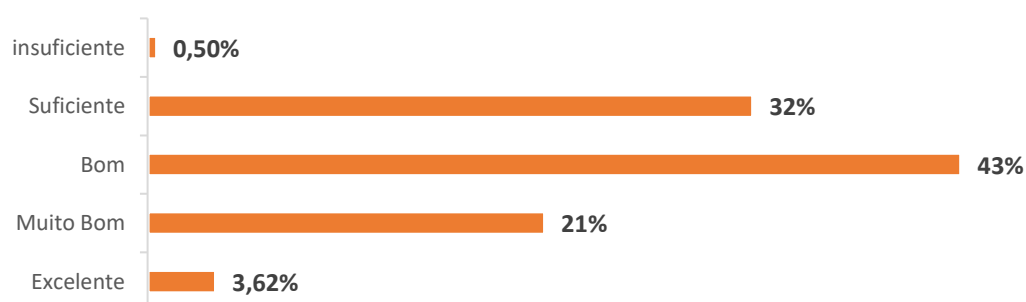
Sistema de Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores baseia-se na definição de objetivos individuais para medição de resultados e aferição da demonstração de competências éticas, técnicas e comportamentais, permitindo aferir os pontos fortes e os aspetos a melhorar de cada trabalhador.

Considerando que a Comissão Paritária já se encontrava em exercício de funções desde o ano de 2013, foram mandatados novos membros em representação da Instituição e eleitos os representantes dos trabalhadores em 25 de janeiro.

Foi realizada a avaliação em todos os equipamentos e serviços, à exceção do Centro de Medicina Física e de Reabilitação.

Resultados da Avaliação de Desempenho



Avaliação Média 3,6

- Média do parâmetro “resultados” 3,3
- Média do parâmetro “competências” 3,9

Plano de reconhecimento de mérito

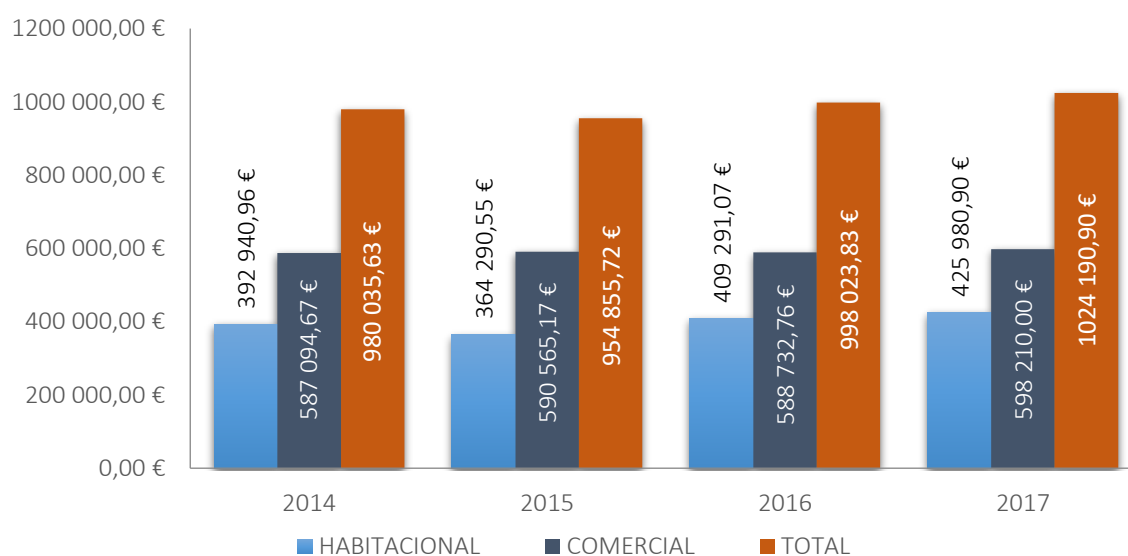
- Reconhecimento do mérito e agradecimento personalizado do desempenho a todos os avaliados, por carta assinada pelo Provedor, entregue por protocolo interno;
- Publicitação do reconhecimento do mérito, através de listas com o nome, por ordem alfabética, sem qualquer menção qualitativa ou quantitativa das suas avaliações;
- Acréscimo de um dia de férias a gozar em 2018 como reconhecimento da Excelência;
- Entrega de diplomas de mérito e excelência.

Património Imóvel

O património imobiliário é uma das principais fontes de rendimento da Misericórdia de Gaia contribuindo para a sustentabilidade da Instituição.

No ano de 2017 ultrapassou a meta de 1 milhão de euros de rendimento com o património de arrendamento. A razão do aumento do proveito anual do património de rendimento deve-se à política de investimento na requalificação do património devoluto (13 frações) com aplicação de valores de rendas atualizadas num momento de elevada procura no mercado de arrendamento habitacional e a falta de oferta.

Proveitos Património de Rendimento



Os valores apresentados na tabela que se segue continuam a evidenciar a preferência e a estabilidade do mercado de arrendamento desta Instituição e o respetivo investimento constante na recuperação de frações devolutas.

Arrendamentos		2014		2015		2016		2017	
Novos	Habitacional	19	23	11	14	13	13	10	11
	Comercial	4		3		0		1	
Denúncias	Habitacional	13	13	17	20	6	6	5	7
	Comercial	0		3		0		2	

Designação/ Localização	Valores venda de imóveis
Permuta de área no imóvel sito na Rua das Pedras	€ 2.200,00
Prédio da Rua da Ponte Nova	€ 151.500,00
Terreno de Canelas	€ 103.300,00 (dinheiro) + €25.574,30 (material)

Procedimentos

No decorrer do ano de 2017/2018 foram executados neste serviço 7 (sete) procedimentos de Ajuste Direto, através do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e tendo em conta as adaptações necessárias e específicas ao nosso tipo de gestão de Instituição Privada de Solidariedade Social relativos a:

	Valor Final		
	Base (c/ IVA)	Adjudicado (c/ IVA)	Final (c/ IVA)
EMPREITADAS			
Muro suporte do Complexo Almeida Costa (AD) (1) (2) (2016/2017)	98.400,00€	73.246,25€	14.161,35€ (1)(2)
Requalificação do prédio de S. Domingos de Benfica – Lisboa (AD) (resolução do contrato) (2016/2017)	183.270,00€	181.987,74€	101.916,40€
Requalificação de 6 moradias Valadares (CP) (resolução do contrato, com apenas duas iniciadas) (2016/2017)	221.400,00€	211.542,80€	42 099,07€
Requalificação da Farmácia da Misericórdia de Gaia (AD) (2016/2017)	-----	114.210,09€	123.386,14€
Empreitada de conclusão de Valadares, 812 e 814 (AD) (2017)	50.916,33€	49.562,00€	EM CURSO
Empreitada de conclusão S. Domingos de Benfica, inc. homelift e requalificação de mais um apartamento - Lisboa(AD) (2017)	175.271,31€	160.701,86€	EM CURSO
Requalificação fachadas ESSB (AD)	132.840,00€	128.122,85€	EM CURSO
Requalificação moradia R. Silva Brinco, 241 R/Ch – Matosinhos (AD) (2017)	16.605,00€	16.594,66€	EM CURSO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Projetos especialidades ESAAC (AD) (2016/2017)	-----	23.370,00€	EM CURSO
Projetos especialidades ESJTB (AD) (2016/2017)	-----	44.649,00€	EM CURSO
Projetos especialidades RSCD (AD) (2016/2017)	-----	47.970,00€	47.970,00€
Fiscalização e coordenação de segurança Valadares (AD) (2016/2017)	7.380,00€	6.642,00€	EM CURSO
Fiscalização e coordenação de segurança Muro ESAAC (AD) (2016/2017)	2.460,00€	2.189,40€	5.473,50€
Projetos do Bairro dos Contramestres, VNG (AD) (2017)	-----	27.675,00€	EM CURSO
Fiscalização e coordenação de segurança Benfica (AD) (2016/2017)	7.380,00€	7.084,80€	EM CURSO
Projetos do prédio do Gaveto, VNG (AD) (2017)	-----	13.530,00€	EM CURSO
Projetos da R. Entreparedes, n.º6, Porto (AD) (2017)	-----	14.729,25€	EM CURSO

- (1) Nesta empreita a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia apoiou com a verba de 80.000,00€;
 (2) Houve reembolso de 50% do IVA.

Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017, no valor de € 67.775,97 (sessenta e sete mil setecentos e setenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos), seja feita através da Conta de Resultados Transitados.

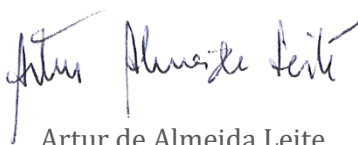
Notas Finais

A Mesa Administrativa agradece a todas as Entidades que durante o ano de 2017 colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Aos Trabalhadores e Voluntários o nosso profundo reconhecimento pelo esforço e dedicação no cumprimento das diretrizes traçadas e que permitiram atingir os resultados alcançados.

Este documento foi aprovado, por unanimidade dos presentes, na Reunião de Mesa Administrativa de 8 de março de 2018.

Pel' A Mesa Administrativa



Artur de Almeida Leite,
Provedor

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE GAIA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Balanço.....	27
Demonstração dos Resultados por Valência	29
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	33
Demonstração dos Fluxos de Caixa	35
Anexo.....	36
1. Identificação da Entidade	36
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	36
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	36
3.1. Políticas Contabilísticas	36
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas	43
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas	43
3.4. Correção de erros de períodos anteriores	43
4. Ativos Fixos Tangíveis	44
5. Ativos Intangíveis	45
6. Bens do património histórico, artístico e cultural	45
7. Locações	46
8. Custos de Empréstimos Obtidos	46
9. Inventários	47
10. Rédito	47
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	47
12. Subsídios, doações e legados à exploração	48
13. Benefícios dos empregados	48
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	49
15. Outras Informações	49
15.1. Investimentos Financeiros	49

15.2.	Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	49
15.3.	Créditos a Receber	49
15.4.	Outros Ativos Correntes	51
15.5.	Diferimentos	51
15.6.	Caixa e Depósitos Bancários	51
15.7.	Fundos Patrimoniais	52
15.8.	Fornecedores	52
15.9.	Estado e Outros Entes Públicos	52
15.10.	Outros Passivos Correntes	53
15.11.	Fornecimentos e serviços externos	53
15.12.	Outros rendimentos	54
15.13.	Outros gastos	54
15.14.	Resultados Financeiros	54
15.15.	Acontecimentos após data de Balanço	55

Balanço

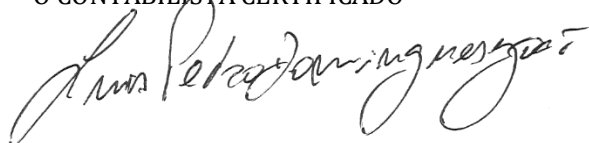
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

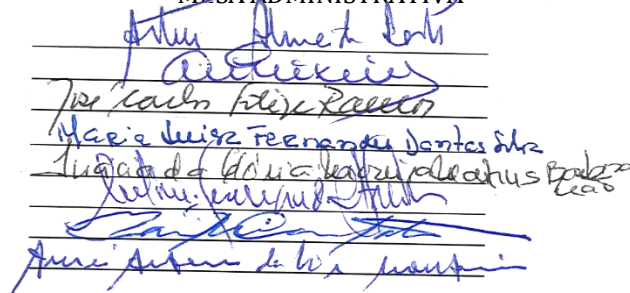
RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2017	31-12-2016
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	11 490 620,42	11 217 953,46	
Bens do patrimônio histórico e cultural	6	52 097,19	52 097,19	
Ativos intangíveis	5	1 845,56	2 368,22	
Investimentos financeiros	15,1	19 368,32	16 120,84	
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-	
Subtotal		11 563 931,49	11 288 539,71	
Ativo corrente				
Inventários	9	198 085,58	190 607,78	
Créditos a receber	15,3	181 436,36	180 633,00	
Estado e outros Entes Públicos	15,9	6 215,44	-	
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros	15,2	3 305,01	17 205,04	
Outros ativos correntes	15,4	99 423,04	49 694,92	
Diferimentos	15,5	8 434,15	17 849,65	
Caixa e depósitos bancários	15,6	1 133 248,68	1 236 037,92	
Subtotal		1 630 148,26	1 692 028,31	
Total do Ativo			13 194 079,75	12 980 568,02
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	15,7	3 588 634,24	3 588 634,24	
Excedentes técnicos		-	-	
Reservas	15,7	3 835 274,03	3 835 274,03	
Resultados transitados	15,7	454 712,53	407 548,13	
Excedentes de revalorização		-	-	
Outras variações nos fundos patrimoniais	15,7	2 932 755,69	2 832 079,88	
Resultado Líquido do período		67 775,97	47 164,40	
Total dos fundo patrimoniais			10 879 152,46	10 710 700,68
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	11	151 500,00	96 500,00	
Provisões específicas		-	-	
Financiamentos obtidos	7/8	113 124,66	138 143,32	
Outras dividas a pagar	15,10	-	-	
Subtotal		264 624,66	234 643,32	
Passivo corrente				
Fornecedores	15,8	616 212,20	478 719,84	
Estado e outros Entes Públicos	15,9	126 606,51	139 324,53	
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-	
Financiamentos obtidos	7/8	28 325,78	32 555,85	
Diferimentos	15,5	401 930,83	512 137,91	
Outros passivos correntes	15,10	877 227,31	872 485,89	
Outros passivos financeiros		-	-	
Subtotal		2 050 302,63	2 035 224,02	
Total do passivo			2 314 927,29	2 269 867,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			13 194 079,75	12 980 568,02

Vila Nova de Gaia, 08 de março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos Resultados por Naturezas

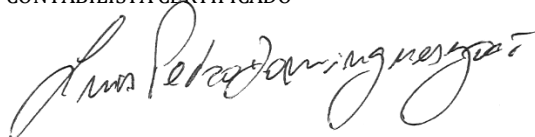
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

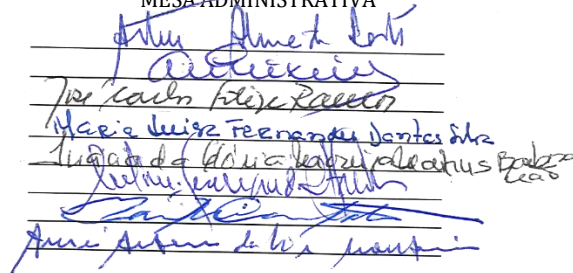
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	4 497 406,42	4 199 063,25
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2 341 482,48	2 348 810,56
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		7 037,77	22 561,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(968 291,29)	(972 541,32)
Fornecimentos e serviços externos	15,11	(3 008 370,05)	(2 580 432,45)
Gastos com o pessoal	13	(4 097 362,78)	(4 107 043,04)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15,2/15,3	(20 625,03)	(39 757,97)
Provisões (aumentos/reduções)	11	(55 000,00)	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras Imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		33,15	(1 259,54)
Outros rendimentos	15,12	1 858 704,57	1 670 480,43
Outros gastos	15,13	(59 617,56)	(82 328,14)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		495 397,68	457 553,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(423 197,14)	(405 915,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		72 200,54	51 637,76
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	15,14	(4 424,57)	(4 473,36)
Resultados antes de impostos		67 775,97	47 164,40
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		67 775,97	47 164,40

Vila Nova de Gaia, 08 de março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos Resultados por Valência

EQUIPAMENTO SOCIAL SALVADOR BRANDÃO				
	ERPI	Centro Dia	Apoios Domiciliares	TOTAL
Vendas e serviços prestados	629 705,02	48 911,53	50 072,55	728 689,10
Subsídios, doações e legados à exploração	538 008,67	20 984,56	105 215,77	664 209,00
ISS, IP - Centros Distritais	513 554,64	20 062,45	102 995,83	636 612,92
Subsídios, doações e legados à exploração	24 454,03	922,11	2 219,94	27 596,08
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(32 500,88)	(2 253,05)	(5 424,15)	(40 178,08)
Fornecimentos e serviços externos	(538 632,79)	(38 301,00)	(73 816,44)	(650 750,23)
Gastos com o pessoal	(638 036,88)	(44 350,86)	(106 773,52)	(789 161,26)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(12 304,85)	2 282,88	101,45	(9 920,52)
Provisões (aumentos/reduções)	(8 448,82)	(587,29)	(1 413,88)	(10 449,99)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	5,09	0,36	0,86	6,31
Outros rendimentos e ganhos	462 040,10	30 515,77	75 131,39	567 687,26
Rendas propriedades de investimento	354 386,94	24 633,95	59 305,57	438 326,46
Outros rendimentos e ganhos	107 653,16	5 881,82	15 825,82	129 360,80
Outros gastos	(8 811,51)	(612,50)	(1 474,58)	(10 898,59)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	391 023,15	16 590,40	41 619,45	449 233,00
Gastos/reversões de depreciação e de a	(119 693,26)	(8 320,05)	(20 030,30)	(148 043,61)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	271 329,89	8 270,35	21 589,15	301 189,39
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(395,47)	(27,49)	(66,18)	(489,14)
Resultado antes de impostos	270 934,42	8 242,86	21 522,97	300 700,25
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	270 934,42	8 242,86	21 522,97	300 700,25

EQUIPAMENTO SOCIAL ANTÓNIO ALMEIDA COSTA				
	ERPI	Centro Dia	Apoios Domiciliares	TOTAL
Vendas e serviços prestados	573 204,67	52 797,57	33 955,78	659 958,02
Subsídios, doações e legados à exploração	478 224,07	32 451,67	77 133,77	587 809,51
ISS, IP - Centros Distritais	450 884,63	31 277,26	75 722,98	557 884,87
Subsídios, doações e legados à exploração	27 339,44	1 174,41	1 410,79	29 924,64
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(35 399,49)	(3 251,61)	(3 906,10)	(42 557,20)
Fornecimentos e serviços externos	(570 103,67)	(53 076,48)	(56 940,51)	(680 120,66)
Gastos com o pessoal	(629 071,66)	(59 238,91)	(71 162,64)	(759 473,21)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(1 416,43)	356,74	(262,10)	(1 321,79)
Provisões (aumentos/reduções)	(8 200,17)	(772,20)	(927,63)	(9 900,00)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	4,94	0,47	0,56	5,97
Outros rendimentos e ganhos	303 279,10	25 205,40	31 944,28	360 428,78
Rendas propriedades de investimento	207 566,28	19 546,26	23 480,58	250 593,12
Outros rendimentos e ganhos	95 712,82	5 659,14	8 463,70	109 835,66
Outros gastos	(9 374,51)	(1 929,75)	(1 032,33)	(12 336,59)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	101 146,85	(7 457,10)	8 803,08	102 492,83
Gastos/reversões de depreciação e de a	(56 245,48)	(5 296,57)	(6 362,67)	(67 904,72)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	44 901,37	(12 753,67)	2 440,41	34 588,11
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(382,65)	(36,03)	(43,29)	(461,97)
Resultado antes de impostos	44 518,72	(12 789,70)	2 397,12	34 126,14
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	44 518,72	(12 789,70)	2 397,12	34 126,14

EQUIPAMENTO SOCIAL JOSÉ TAVARES BASTOS

	ERPI	Centro Dia	Apoios Domiciliares	TOTAL
Vendas e serviços prestados	354 019,88	49 516,48	32 971,18	436 507,54
Subsídios, doações e legados à exploração	300 749,85	26 401,49	76 352,35	403 503,69
ISS, IP - Centros Distritais	279 386,54	24 968,64	74 767,79	379 122,97
Subsídios, doações e legados à exploração	21 363,31	1 432,85	1 584,56	24 380,72
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(25 649,64)	(2 567,19)	(2 839,01)	(31 055,84)
Fornecimentos e serviços externos	(323 770,51)	(34 794,26)	(35 902,21)	(394 466,98)
Gastos com o pessoal	(421 048,14)	(43 592,07)	(48 207,70)	(512 847,91)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(1 832,29)	(670,53)	(184,76)	(2 687,58)
Provisões (aumentos/reduções)	(5 870,15)	(607,75)	(672,10)	(7 150,00)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	3,54	0,37	0,41	4,32
Outros rendimentos e ganhos	192 067,27	18 973,74	22 648,21	233 689,22
Rendas propriedades de investimento	150 084,77	15 538,62	17 183,88	182 807,27
Outros rendimentos e ganhos	41 982,50	3 435,12	5 464,33	50 881,95
Outros gastos	(5 299,29)	(548,65)	(606,74)	(6 454,68)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	63 370,52	12 111,63	43 559,63	119 041,78
Gastos/reversões de depreciação e de a	(29 335,73)	(3 037,19)	(3 358,78)	(35 731,70)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	34 034,79	9 074,44	40 200,85	83 310,08
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(273,92)	(28,36)	(31,36)	(333,64)
Resultado antes de impostos	33 760,87	9 046,08	40 169,49	82 976,44
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	33 760,87	9 046,08	40 169,49	82 976,44

CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA D. EMÍLIA JESUS COSTA

	Creche	Pré-Escolar		TOTAL
Vendas e serviços prestados	108 419,76	110 937,64	-	219 357,40
Subsídios, doações e legados à exploração	218 354,11	242 136,14	-	460 490,25
ISS, IP - Centros Distritais	212 619,19	237 141,11	-	449 760,30
Subsídios, doações e legados à exploração	5 734,92	4 995,03	-	10 729,95
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(5 054,17)	(7 273,08)	-	(12 327,25)
Fornecimentos e serviços externos	(85 172,13)	(124 423,71)	-	(209 595,84)
Gastos com o pessoal	(214 468,87)	(308 625,93)	-	(523 094,80)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(674,76)	(971,00)	-	(1 645,76)
Provisões (aumentos/reduções)	(2 706,00)	(3 894,00)	-	(6 600,00)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	1,63	2,34	-	3,97
Outros rendimentos e ganhos	35 267,58	50 750,92	-	86 018,50
Rendas propriedades de investimento	13 683,35	19 690,67	-	33 374,02
Outros rendimentos e ganhos	21 584,23	31 060,25	-	52 644,48
Outros gastos	(971,98)	(1 395,86)	-	(2 367,84)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	52 995,17	(42 756,54)	-	10 238,63
Gastos/reversões de depreciação e de a	(23 870,46)	(34 350,17)	-	(58 220,63)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	29 124,71	(77 106,71)	-	(47 982,00)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(126,40)	(181,89)	-	(308,29)
Resultado antes de impostos	28 998,31	(77 288,60)	-	(48 290,29)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	28 998,31	(77 288,60)	-	(48 290,29)

CASA DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO Nº SRº DA MISERICÓRDIA

	CAT		TOTAL
Vendas e serviços prestados	8 519,70		8 519,70
Subsídios, doações e legados à exploraçã	155 167,53		155 167,53
ISS, IP - Centros Distritais	145 629,40		145 629,40
Subsídios, doações e legados à exploração	9 538,13		9 538,13
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(6 115,79)		(6 115,79)
Fornecimentos e serviços externos	(87 136,89)		(87 136,89)
Gastos com o pessoal	(207 047,98)		(207 047,98)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(620,15)		(620,15)
Provisões (aumentos/reduções)	(2 200,00)		(2 200,00)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	1,33		1,33
Outros rendimentos	28 461,62		28 461,62
Rendas propriedades de investimento	11 124,67		11 124,67
Outros rendimentos	17 336,95		17 336,95
Outros gastos	(1 717,25)		(1 717,25)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(112 687,88)		(112 687,88)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(9 656,52)		(9 656,52)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(122 344,40)		(122 344,40)
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(102,66)		(102,66)
Resultado antes de impostos	(122 447,06)		(122 447,06)
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	(122 447,06)		(122 447,06)

SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL - SAS

	SAS		TOTAL
Vendas e serviços prestados	318,15		318,15
Subsídios, doações e legados à exploraçã	32 391,48		32 391,48
ISS, IP - Centros Distritais	29 539,11		29 539,11
Subsídios, doações e legados à exploração	2 852,37		2 852,37
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(711,91)		(711,91)
Fornecimentos e serviços externos	(5 918,30)		(5 918,30)
Gastos com o pessoal	(44 506,98)		(44 506,98)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(232,55)		(232,55)
Provisões (aumentos/reduções)	(825,00)		(825,00)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	0,50		0,50
Outros rendimentos	11 752,39		11 752,39
Rendas propriedades de investimento	4 171,75		4 171,75
Outros rendimentos	7 580,64		7 580,64
Outros gastos	(9 028,59)		(9 028,59)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(16 760,81)		(16 760,81)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(2 283,86)		(2 283,86)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(19 044,67)		(19 044,67)
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(38,50)		(38,50)
Resultado antes de impostos	(19 083,17)		(19 083,17)
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	(19 083,17)		(19 083,17)

OUTRAS ATIVIDADES

	Residências Sêniores Conde das Devesas	Farmácia da Misericórdia	Centro de Medicina Física e Reabilitação	Serviço de Gestão Património e Recursos Técnicos	Academia Sénior Gaia
Vendas e serviços prestados	585 586,96	1 055 374,98	700 630,85	4 369,22	98 094,50
Subsídios, doações e legados à exploração	15 210,07	4 301,88	3 380,79	6 618,28	8 400,00
ISS, IP - Centros Distritais	1 387,10	819,65	630,50	2 206,75	-
Subsídios, doações e legados à exploração	13 822,97	3 482,23	2 750,29	4 411,53	8 400,00
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	7 037,77	-
Custo das mercadorias vendidas e das mat	(20 077,85)	(796 857,65)	(16 569,41)	(1 817,84)	(22,47)
Fornecimentos e serviços externos	(386 111,33)	(56 337,17)	(401 277,29)	(36 239,14)	(100 416,22)
Gastos com o pessoal	(512 896,49)	(189 799,68)	(289 775,46)	(268 759,01)	-
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(863,40)	(1 007,74)	(775,18)	(1 550,36)	-
Provisões (aumentos/reduções)	(6 050,01)	(3 575,00)	(2 750,00)	(5 500,00)	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	3,64	2,15	1,66	3,30	-
Outros rendimentos	166 114,64	66 217,42	30 001,81	308 332,93	-
Rendas propriedades de investimento	43 998,49	18 077,59	13 905,84	27 811,68	-
Outros rendimentos	122 116,15	48 139,83	16 095,97	280 521,25	-
Outros gastos	(7 553,56)	(5 592,49)	(1 323,59)	(1 961,39)	(382,99)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(166 637,33)	72 726,70	21 544,18	10 533,76	5 672,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(63 284,98)	(16 441,56)	(11 352,46)	(10 277,10)	-
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(229 922,31)	56 285,14	10 191,72	256,66	5 672,82
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(282,29)	(967,14)	(1 184,28)	(256,66)	-
Resultado antes de impostos	(230 204,60)	55 318,00	9 007,44	(0,00)	5 672,82
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(230 204,60)	55 318,00	9 007,44	(0,00)	5 672,82

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedent es Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedent es de revaloriz ação	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	3 588 634,24	-	3 835 274,03	238 153,15	-	2 803 049,54	169 394,98	10 634 505,94	-	10 634 505,94
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-		-
Alterações de políticas contabilísticas									-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-		-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-		-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-		-
Ajustamentos por impostos diferidos									-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-			-	(51 752,04)		(51 752,04)	-	(51 752,04)
	2	-	-	-	-	-	(51 752,04)	-	(51 752,04)	-	(51 752,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							47 164,40	47 164,40	-	47 164,40
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							47 164,40	(4 587,64)	-	(4 587,64)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									-		-
Fundos									-		-
Subsídios, doações e legados									-		-
Outras operações					169 394,98		80 782,38	(169 394,98)	80 782,38		80 782,38
	5	-	-	-	169 394,98	-	80 782,38	(169 394,98)	80 782,38	-	80 782,38
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+4	3 588 634,24	-	3 835 274,03	407 548,13	-	2 832 079,88	47 164,40	10 710 700,68	-	10 710 700,68

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	3 588 634,24	-	3 835 274,03	407 548,13	-	2 832 079,88	47 164,40	10 710 700,68	-	10 710 700,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas									-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(51 752,04)		(51 752,04)		(51 752,04)
	7	-	-	-	-	-	(51 752,04)	-	(51 752,04)	-	(51 752,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							67 775,97	67 775,97	-	67 775,97
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							67 775,97	16 023,93	-	16 023,93
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									-		-
Fundos									-		-
Subsídios, doações e legados									-		-
Outras operações					47 164,40		152 427,85	(47 164,40)	152 427,85		152 427,85
	10	-	-	-	47 164,40	-	152 427,85	(47 164,40)	152 427,85	-	152 427,85
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	3 588 634,24	-	3 835 274,03	454 712,53	-	2 932 755,69	67 775,97	10 879 152,46	-	10 879 152,46

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euro	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2017	PERÍODOS 2016
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		5 649 194,24	6 138 568,76
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(3 584 589,44)	(3 308 355,03)
Pagamentos ao pessoal		(4 005 524,58)	(3 874 241,14)
Caixa gerada pelas operações		(1 940 919,78)	(1 044 027,41)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		2 067 488,93	1 170 236,24
Recebimentos de Subsídios		2 268 804,70	1 552 144,24
Outros recebimentos/pagamentos		(201 315,77)	(381 908,00)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		126 569,15	126 208,83
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(603 068,55)	(305 334,54)
Ativos intangíveis		(2 094,80)	(2 043,32)
Investimentos financeiros		(4 434,05)	(1 552,27)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		257 000,00	43 253,16
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		1 219,72	116,90
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		152 427,85	80 782,38
Juros e rendimentos similares		2 070,61	10 853,77
Dividendos		138,17	
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(196 741,05)	(173 923,92)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 078,12	110 000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(30 327,31)	(31 979,71)
Juros e gastos similares		(3 368,15)	(2 649,33)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(32 617,34)	75 370,96
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(102 789,24)	27 655,87
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 236 037,92	1 208 382,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 133 248,68	1 236 037,92

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” em 26 de junho de 1929, com registo definitivo publicado em Diário da República n.º 47, Série III; de 25 de Fevereiro de 2003, e tem a sua sede social na Rua Teixeira Lopes, n.º 33 em Vila Nova de Gaia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 08 de março de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, e alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de julho. No referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e

Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos clientes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos

e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.1.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edificações ligeiras	10
Edificações afetas à indústria agropecuária	25
Outros edifícios e construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5

Equipamento e utensílios	4
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5
Taras e vasilhame	8
Animais produtivos, de trabalho e de reprodução	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.1.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.1.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Não tendo sido possível proceder à avaliação e decomposição dos valores dos imóveis que compõem o património afeto ao arrendamento da Santa Casa, mantiveram-se os mesmos, pelo valor pelo qual constavam da contabilidade, tendo sido este o custo considerado.

Conforme o parágrafo 7.5 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, as propriedades de investimento são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

3.1.2.4. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida após a data de aquisição. Os resultados da entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição (Goodwill) é mantido no valor do investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo é reconhecido como um rendimento do exercício.

3.1.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.1.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao valor nominal.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal.

3.1.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício de 2017 não foram alteradas as políticas contabilísticas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício de 2017 os pressupostos referentes às estimativas mantêm-se.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

No ano de 2017 não foram efetuadas correções materialmente relevantes.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2016
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	829 911,03	-	(4,92)	-	-	829 906,11
Edifícios e outras construções	14 606 998,85	15 161,06	-	476 296,52	-	15 098 456,43
Equipamento básico	1 690 870,28	37 470,30	-	-	-	1 728 340,58
Equipamento de transporte	362 310,63	-	(18 811,42)	-	-	343 499,21
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	480 636,76	11 546,67	(241,08)	-	-	491 942,35
Investimentos em curso	1 144 078,38	400 639,86	-	(476 296,52)	-	1 068 421,72
Outros Ativos fixos tangíveis	33 253,91	496,48	-	-	-	33 750,39
Total	19 148 059,84	465 314,37	(19 057,42)	-	-	19 594 316,79
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(5 715 172,83)	(298 312,23)	-	-	-	(6 013 485,06)
Equipamento básico	(1 521 473,80)	(63 701,62)	-	-	-	(1 585 175,42)
Equipamento de transporte	(305 554,67)	(18 228,46)	18 811,42	-	-	(304 971,71)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(427 360,89)	(21 591,58)	-	-	-	(448 952,47)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(22 892,01)	(886,66)	-	-	-	(23 778,67)
Total	(7 992 454,20)	(402 720,55)	18 811,42	-	-	(8 376 363,33)
TOTAL LIQUIDO 2016						11 217 953,46

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2017
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	829 906,11	-	-	-	-	829 906,11
Edifícios e outras construções	15 098 456,43	-	-	575 103,63	-	15 673 560,06
Equipamento básico	1 728 340,58	19 713,44	-	-	-	1 748 054,02
Equipamento de transporte	343 499,21	-	-	-	-	343 499,21
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	491 942,35	26 715,42	-	-	-	518 657,77
Investimentos em curso	1 068 421,72	646 817,70	-	(575 103,63)	-	1 140 135,79
Outros Ativos fixos tangíveis	33 750,39	-	-	-	-	33 750,39
Total	19 594 316,79	693 246,56	-	-	-	20 287 563,35
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(6 013 485,06)	(327 981,72)	-	-	-	(6 341 466,78)
Equipamento básico	(1 585 175,42)	(60 200,66)	-	-	-	(1 645 376,08)
Equipamento de transporte	(304 971,71)	(9 836,79)	-	-	-	(314 808,50)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(448 952,47)	(21 971,28)	-	-	-	(470 923,75)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(23 778,67)	(589,15)	-	-	-	(24 367,82)
Total	(8 376 363,33)	(420 579,60)	-	-	-	(8 796 942,93)
TOTAL LIQUIDO 2017						11 490 620,42

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Programas de Computador	12 446,57	2 094,88	-	-	-	14 541,45
Total	12 446,57	2 094,88	-	-	-	14 541,45
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	(10 078,35)	(2 617,54)	-	-	-	(12 695,89)
Total	(10 078,35)	(2 617,54)	-	-	-	(12 695,89)
TOTAL LIQUIDO	2 368,22					1 845,56

6. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016 e 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Bens móveis	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
Total	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Bens móveis	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
Total	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Locações						
Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	41 198,85	(21 449,17)	19 749,68
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	41 198,85	(21 449,17)	19 749,68

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	12 603,40	334,36	12 937,76
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	12 603,40	334,36	12 937,76

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Amortização de Capital e Juros suportados:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	30 327,31	3 472,26	33 799,57	27 120,59	2 605,00	29 725,59
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	30 327,31	3 472,26	33 799,57	27 120,59	2 605,00	29 725,59

O valor dos financiamentos obtidos no final de 2016 e 2017 é o seguinte:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	28 325,78	113 124,66	141 450,44	32 555,85	138 143,32	170 699,17
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Total	28 325,78	113 124,66	141 450,44	32 555,85	138 143,32	170 699,17

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	137 627,49	732 517,79		(749 308,67)	120 836,61
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	80 508,41	212 495,41	-	(223 232,65)	69 771,17
Total	218 135,90	945 013,20	-	(972 541,32)	190 607,78
Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	120 836,61	811 610,05	-	(794 889,58)	137 557,08
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69 771,17	164 159,04	-	(173 401,71)	60 528,50
Total	190 607,78	975 769,09	-	(968 291,29)	198 085,58

10. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	1 053 599,32	998 526,00
Prestação de Serviços	3 443 807,10	3 200 537,25
Quotas dos utilizadores	2 622 102,82	2 577 472,25
Quotas e Jóias	21 210,17	21 295,29
Invalidez e Reabilitação	797 848,91	599 319,31
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros Serviços	2 645,20	2 450,40
SubTotal	4 497 406,42	4 199 063,25
Juros	1 999,46	5 708,65
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
Total	4 499 405,88	4 204 771,90

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Processos judiciais em curso	96 500,00	55 000,00	-	151 500,00
Total	96 500,00	55 000,00	-	151 500,00

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2016 e 2017, a Entidade reconheceu os seguintes valores em “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	2 268 804,69	2 291 854,21
Centro Regional Segurança Social	2 202 647,81	2 196 362,33
Instituto Emprego e Formação Profissional	59 436,88	93 811,88
POPH - Formação	-	-
Programa PIEF	-	-
Câmara Municipal vila Nova Gaia	6 720,00	1 680,00
Apoios do Governo	-	-
Sub-Total	2 268 804,69	2 291 854,21
Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	10 799,15	7 631,49
Doações	61 878,64	49 324,86
Heranças	-	-
Legados	-	-
Sub-Total	72 677,79	56 956,35
TOTAL	2 341 482,48	2 348 810,56

13. Benefícios dos empregados

O número de membros da Mesa Administrativa, nos períodos de 2016 e 2017, foi de 9.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 310 e em 31/12/2017 foi de 286.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3 188 810,81	3 218 439,91
Compensações Cessação Contrato Trabalho	146 754,05	129 115,68
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	700 913,29	700 656,91
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	44 224,49	41 512,32
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	16 660,14	17 318,22
Total	4 097 362,78	4 107 043,04

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 da Lei 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de 9.225,00€.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos noutras empresas	9 809,86	9 816,61
Outros Investimentos Financeiros	3 059,78	3 019,88
Fundo Compensação Segurança Social	6 498,68	3 284,35
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	19 368,32	16 120,84

15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	71 918,89	76 098,22
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade - irmãos	(68 613,88)	(58 893,18)
Total	3 305,01	17 205,04
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

15.3. Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c	181 436,36	180 633,00
Cientes	118 002,28	114 863,39
Inquilinos	15 715,63	19 494,67
Utentes	47 718,45	46 274,94
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	204 923,36	277 968,00
Cientes	7 952,47	7 952,47
Inquilinos	74 604,02	139 301,81
Utentes	122 366,87	130 713,72
Perdas por Imparidade acumuladas	(204 923,36)	(277 968,00)
Cientes	(7 952,47)	(7 952,47)
Inquilinos	(74 604,02)	(139 301,81)
Utentes	(122 366,87)	(130 713,72)
Total	181 436,36	180 633,00

Decomposição das Imparidades

Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2017	2016
Cientes	-	(2 229,48)
Inquilinos	(13 684,65)	(17 816,37)
Utentes	(15 194,68)	(20 179,59)
Perdas por imparidade - irmãos	(12 255,39)	(14 085,26)
Total	(41 134,72)	(54 310,70)
Reversão de Imparidades		
Descrição	2017	2016
Cientes	-	-
Inquilinos	9 970,42	7 406,10
Utentes	10 539,27	7 146,63
Perdas por imparidade - irmãos	-	-
Total	20 509,69	14 552,73
Imparidades do Período - Saldo		
Descrição	2017	2016
Cientes	-	(2 229,48)
Inquilinos	(3 714,23)	(10 410,27)
Utentes	(4 655,41)	(13 032,96)
Perdas por imparidade - irmãos	(12 255,39)	(14 085,26)
Total	(20 625,03)	(39 757,97)
Desreconhecimento Dividas		
Descrição	2017	2016
Cientes	-	-
Inquilinos	68 412,02	-
Utentes	13 002,26	-
Perdas por imparidade - irmãos	-	-
Total	81 414,28	-
Perdas por Imparidade acumuladas		
Descrição	2017	2016
Cientes	(7 952,47)	(7 952,47)
Inquilinos	(74 604,02)	(139 301,81)
Utentes	(122 366,87)	(130 713,72)
Total	(204 923,36)	(277 968,00)

15.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	1 699,53	3 209,16
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	31 716,96	288,11
Entidades do Sector Publico Administrativo	-	-
Outros Devedores	65 403,85	45 594,95
- AT - Restituição IVA da Alimentação	19 266,57	31 914,84
- Outros devedores	46 137,28	13 680,11
Adiantamentos a Fornecedores	602,70	602,70
Perdas por Imparidade	-	-
Total	99 423,04	49 694,92

15.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	8 434,15	17 849,65
Total	8 434,15	17 849,65
Rendimentos a reconhecer		
Contratos Vitalícios	250 223,13	362 891,47
Mensalidades a reconhecer em 2018	30 615,04	25 466,68
Fundos Utentes	70 200,00	75 600,00
Rendas a reconhecer em 2018	50 892,66	48 179,76
Total	401 930,83	512 137,91

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	1 511,53	2 195,92
Depósitos à ordem	231 737,15	333 842,00
Depósitos a prazo	900 000,00	900 000,00
Outros	-	-
Total	1 133 248,68	1 236 037,92

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	3 588 634,24	-	-	3 588 634,24
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	3 835 274,03	-	-	3 835 274,03
Resultados transitados	407 548,13	47 164,40	-	454 712,53
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 238 060,79	152 427,85	(51 752,04)	1 338 736,60
Doações	1 594 019,09	-	-	1 594 019,09
Resultado líquido exercício	47 164,40	67 775,97	(47 164,40)	67 775,97
Total	10 710 700,68	267 368,22	(98 916,44)	10 879 152,46

15.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	616 212,20	478 719,84
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	616 212,20	478 719,84

15.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	6 215,44	-
Total	6 215,44	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	24 944,53	38 593,82
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	22 751,23	23 800,44
Segurança Social	78 910,75	76 930,27
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	126 606,51	139 324,53

15.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	569 843,14	-	573 607,92
Remunerações a pagar	-	565 255,14	-	568 946,36
Cauções	-	2 492,33	-	3 035,88
Outras operações	-	2 095,67	-	1 625,68
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	40 960,77	-	12 441,19
Guarda Valores Utentes	-	251 049,45	-	264 797,52
Outros credores	-	14 370,55	-	20 635,86
Adiantamentos de clientes e utentes	-	1 003,40	-	1 003,40
Total	-	877 227,31	-	872 485,89

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	1 284 842,99	855 420,08
Gertal	802 126,81	746 944,39
Clinica Fisiatrica	221 905,64	87 353,67
Outros subcontratos	260 810,54	21 122,02
Serviços especializados	1 067 817,15	1 101 149,95
Vigilância e Segurança	142 071,56	133 777,04
Honorários Trab Independentes	103 014,35	179 468,37
Conservação e Reparação Equipamentos	135 737,88	105 053,80
Conservação edificios afetos atividade	291 814,62	239 027,74
Conservação património rendimento	81 484,21	135 241,81
Encargos Saude Utentes	144 411,24	154 168,06
Outros Serviços Especializados	169 283,29	154 413,13
Materiais	53 898,99	47 009,37
Energia e fluidos	396 429,19	413 027,63
Deslocações, estadas e transportes	16 189,07	16 777,45
Serviços diversos	189 192,66	147 047,97
Comunicações	35 806,25	33 103,36
Seguros	23 362,95	23 120,80
Limpeza, higiene e conforto	95 940,79	60 079,30
Outros	34 082,67	30 744,51
Total	3 008 370,05	2 580 432,45

15.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	346 311,34	354 770,95
Descontos de pronto pagamento obtidos	26 163,97	27 896,08
Recuperação de dívidas a receber	3 665,05	470,00
Ganhos em inventários	460,00	171,59
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	142,04	142,56
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 024 190,90	1 116 706,08
Alienações investimentos não financeiros	288 500,00	42 911,68
Juros de depósitos obtidos	1 999,46	5 708,65
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Outros rendimentos e ganhos	167 271,81	121 702,84
Subsidios Investimento	51 752,04	51 752,04
Correcções Exercícios Anteriores	43 957,11	7 541,94
Ganhos Imobilizações	-	-
Ganhos Vitalícios	63 094,19	33 599,77
Outros	8 468,47	28 809,09
Total	1 858 704,57	1 670 480,43

15.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	26 745,15	22 858,30
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	2 983,10	-
Perdas em inventários	255,86	1 882,31
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Apoio pecuniário a carênciados	9 157,04	8 815,33
Outros Gastos Similares	3 378,19	3 839,96
Outros Gastos e Perdas	17 098,22	44 932,24
Correcções relativas anos anteriores	6 555,98	30 718,50
Donativos	1 902,84	1 416,64
Quotizações	3 774,80	6 643,20
Contrato Vitalícios	-	-
Outras Penalidades (contratuais)	1 318,02	781,00
Outros	3 546,58	5 372,90
Total	59 617,56	82 328,14

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 424,57	4 473,36
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	4 424,57	4 473,36

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 08 de março de 2018.

Vila Nova de Gaia, 08 de março de 2018

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Luis Pedro Domingos

António Almeida Leite
António Almeida
José Carlos Filipe Ramos
Maria Luísa Fernandes Santos da Silva
Luís Filipe Almeida
Luís Filipe Almeida
Luís Filipe Almeida
Luís Filipe Almeida

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 15 DE MARÇO DE 2018

Aos 15 dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, pelas dezassete horas reuniram na Sala de Reuniões da Sede da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia os membros do Conselho Fiscal, o Diretor-Geral e o Chefe dos Serviços Administrativos e Financeiros da Instituição.

Após análise dos documentos presentes e esclarecidas que foram todas as questões, o Conselho Fiscal emitiu o seguinte Parecer:

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal apreciou, com vista a emitir o seu parecer, conforme estabelece o “Compromisso”, acerca do Relatório de Atividades, do Balanço e Contas de 2017, elaborado e apresentado pela Mesa Administrativa, como é da sua competência.

Da análise efetuada às diversas rúbricas bem como da leitura do Parecer do Revisor Oficial de Contas não foram identificadas quaisquer desconformidades suscetíveis de ser posta em causa a sua aprovação.

Estes documentos merecem o parecer favorável deste Órgão.

O Conselho Fiscal entende também propor um voto de Louvor à Exm.^a Mesa Administrativa, pela sua dedicação e trabalho desenvolvido durante este exercício.

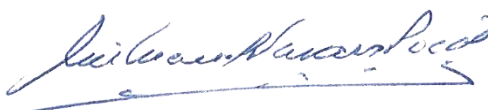
Vila Nova de Gaia 15 de março de 2018.



Manuel Francisco Caruncho Sá (Presidente)



Manuel Fernando Chaves da Silva (Vogal)



Rui Manuel Tavares Poças (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 13.194.079,75 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.879.152,46 euros, incluindo um resultado líquido de 67.775,97 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

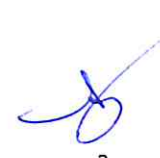
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

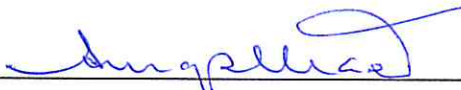
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 12 de março de 2018



António Magalhães & Carlos Santos, SROC
Representada por António Monteiro de Magalhães - ROC nº 179



Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia
Rua Teixeira Lopes, 33
4400-320 Vila Nova de Gaia
Tel: 223 773 350
geral@scmg.pt
www.scmg.pt

